

O TIQUETAQUE IRANIANO

Gonçalo Curado

KENNETH POLLACK

The Persian Puzzle. The Conflict Between Iran and America

Nova York,
Random House,
2004, 540 páginas

APOSTAR NO CAVALO ERRADO

Quando Ali M. Ansari afirmou que «o Irão foi e continua a ser o principal beneficiado pela sistemática incapacidade ocidental em o compreender»¹, conseguiu sintetizar uma inépcia crónica da diplomacia norte-americana que remonta a 1953, quando os imperativos da Guerra Fria ditaram uma ação concertada entre o britânico MI6 e a CIA para o afastamento do governo nacionalista de Mossadegh e reposição da monarquia autocrática do xá Mohammad Reza Pahlavi.

Suportado por sucessivas administrações americanas e pela omnipresença repressiva da Savak (polícia política), as três décadas de reinado do xá Pahlavi assistiram à sua tentativa de robustecimento económico do Irão, destinada a torná-lo o «Japão do Médio Oriente». O Irão ficcional – a «ilha de estabilidade» da Presidência Carter – escondia a popularidade crescente dos apelos do exilado *ayatollah* Ruhollah Khomeini para uma união da *ummat* (comunidade islâmica) contra o *taghut* (tirano) e os seus patrocinadores ocidentais, enquanto que a rivalidade Vance – Brzezinski² impedia Washington

de antecipar a revolução iraniana. No mesmo ano de 1979 em que o embaixador William Sullivan enviava o seu «longo telegrama» descrevendo Khomeini como «a Gandhi-like character», o Irão inaugurava a sua política de «exportação da revolução» para o golfo Pérsico e os «Estudantes Descendentes da Linha do Íman» irrompiam pela Embaixada americana em Teerão mantendo como reféns 52 diplomatas ao longo de catorze meses. Seguir-se-iam duas décadas de demonização do Ocidente e do «pequeno Satã Sionista», de eliminação de exilados políticos e de patrocínio iraniano aos ataques da *jihād* islâmica, do Hamas e do Hezbollah contra Israel e contra a presença militar e diplomática americana no Médio Oriente.

Numa tendência que sobreviveu ao fim da Guerra Fria e à morte do *ayatollah* Khomeini em 1989, Washington nunca conseguiu encarar a radicalização da República Islâmica segundo uma estratégia de longo curso, optando por se reger por impulsos de curto prazo. Assim se explica a tradicional irracionalidade da diplomacia americana face ao Irão, uma diplomacia que tanto optou pelo apoio a Saddam Hussein

durante a Guerra Irão-Iraque da década de 80, como cedeu ao pragmatismo circunstancial do escândalo Irão-Contras que, em 1986, lançou a nódoa do «Irangate» na imaculada «presidência Teflon» de Reagan. Na década de 90, a rejeição iraniana do processo de paz israelo-palestiniano, os atentados do Hezbollah contra a Embaixada israelita na Argentina em 1992 e contra as Khobar Towers na Arábia Saudita em 1996 e a continuidade do antagonismo face aos EUA como terreno comum a todas as forças políticas iranianas, induziram a Administração Clinton a uma política de «dupla contenção» (Irão-Iraque) que perdurará até à inesperada vitória de Mohamad Khatami na corrida presidencial. Em 1997 o espírito revolucionário de 1979 sofria o seu maior golpe quando uma nova geração politizada passa a constituir a «Terceira Força», autoproclamada herdeira do Movimento Constitucional de 1906 e da Frente Nacional de 1950. Um segundo Movimento Khordad que cresce na marginalizada esquerda islâmica e que escolhe o discreto Khatami como agente de reforma política e económica.

A possível iminência de uma «Primavera de Teerão» e a aparente vontade pacificadora do Presidente Khatami (que, em entrevista à CNN, em 1998, cita Alexis de Tocqueville e apela a um «diálogo de civilizações» entre os EUA e o Irão) encorajam a Administração Clinton a adoptar uma estratégia de aproximação face a Teerão que chega a envolver um pedido de desculpa formal, da parte da secretária de Estado Madeleine Albright, por vinte e cinco anos de apoio americano ao xá Pahlavi. Mas é no imediato pós-11 de

Setembro que esse movimento se aprofunda, nomeadamente, quando os dois países encontram um denominador comum na aversão ao Afeganistão dos taleban e ao Iraque de Saddam e o Irão coopera com a intervenção americana no Afeganistão e participa na Conferência de Bona³ de 2001 e na Conferência de Doadores de Tóquio de 2002⁴.

Esta política de aproximação bilateral só terminará com o «Patterns of Global Terrorism 2002»⁵ a apelidar o Irão como «o maior Estado patrocinador de terrorismo» e com a sua inclusão no «Eixo do Mal» no discurso do Estado da União de 2002, motivados pela captura israelita do navio *Karine A* que transportava armamento iraniano para a Palestina e pela contínua protecção de Teerão ao Hezbollah e, possivelmente, à Al-Qaida. Da experiência de *engagement* sobrevirá apenas a lição de que lidar com o Irão é «um pouco como jogar xadrez tridimensional»⁶ dada a irracionalidade das suas duas estruturas de decisão.

O RELOJOEIRO PRAGMÁTICO

É este meio século de relações bilaterais entre «dois ex-amantes que passaram por um divórcio difícil» que constitui o escopo da mais recente obra de Kenneth Pollack. Em *The Threatening Storm: The Case for Invading Iraq* (2002), Pollack compilou os seus dispersos argumentos, unânimes na assunção de que «Saddam Hussein e o seu regime têm de cair»⁷, e ajudou a convencer muitas consciências democratas acerca da urgência de uma intervenção militar no Iraque. Desde então o antigo responsável pelo golfo Pérsico no Conselho Nacional de Segurança (CNS) de Clinton e actual

director do Saban Center for Middle East Policy da Brookings Institution, tem-se desdobrado em desculpas públicas, tanto nas páginas da *The Atlantic Monthly*⁸ como na *New York Times Magazine*, alegando que também ele foi vítima da «faulty intelligence»⁹. Assim, poucos reconhecerão o Kenneth Pollack de 2002 na sua mais recente obra sobre o segundo elemento do «Eixo do Mal». Em *The Persian Puzzle* encontramos um tom e um discurso muito mais reflectido e conciliatório, onde o autor se socorre da sua experiência no CNS e dos seus sete anos como responsável pelo dossier do Golfo na CIA, para sustentar a tese de que a tendência iraniana para «culpar tudo menos o tempo na ingerência estrangeira» esconde um fundo de verdade. Para Pollack será, precisamente, na compreensão deste último meio século de tensão e intromissão americana na política interna iraniana que reside a chave para o equilíbrio entre o «relógio nuclear» e o «relógio de regime change endógeno» num momento em que «os Estados Unidos não se podem dar ao luxo de considerar uma postura meramente passiva».

Embora o programa nuclear iraniano remonte à demanda do xá Pahlavi por uma auto-suficiência energética e militar, o hiato da década de 80 e a sua condição de membro do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e do Comité de Desarmamento de Genebra, motivaram a surpresa com que a comunidade internacional acolheu em 2002 a divulgação, por parte dos insurgentes Mujahideen al-Khalaq, da existência de um programa clandestino de enriquecimento de urânio em Natanz e de processamento de plutónio em Arak.

Desde então a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) tem descoberto resíduos de urânio enriquecido para armamento em Natanz e na Kalaye Electric Company e constantes brechas no discurso oficial de Teerão – motivos mais do que suficientes para colocar a questão nuclear iraniana no topo da agenda internacional.

As ambições nucleares do Irão devem ser compreendidas como resultado de uma confluência geoestratégica e ideológica, que herda a vocação de *détente* da era do xá, substituindo a ameaça soviética por Israel e pela sufocante presença americana no Iraque, no Afeganistão e no Uzbequistão. De igual modo, a memória recente do uso iraquiano de armas químicas durante a Guerra Irão-Iraque está ainda suficiente presente para que o Irão suporte a insistência num arsenal nuclear face à reemergência do pan-islamismo radical do general Zia-ul-Haq no Paquistão nuclear e tendo em conta a proximidade da disputa entre a Arménia e o Azerbaijão no Cáucaso.

Ainda que o Irão tenda a alegar motivações energéticas pela necessidade de canalizar toda a sua produção fóssil (petróleo e gás natural) para a exportação, o rácio entre o custo da produção doméstica de combustível nuclear e a compra deste a uma potência estrangeira, comprova que o único real valor da ambição atómica iraniana passa pelo seu papel simbólico na mobilização da opinião pública nacionalista, com consequências desastrosas para o regime de não-proliferação e para a segurança regional e global. Como afirma Fareed Zakaria, «a política internacional

não terá problemas mais difíceis»¹⁰ e é num tom de urgência que Kenneth Pollack se predispõe a averiguar todas as possibilidades de resposta americana à questão nuclear iraniana.

Apesar de a Câmara dos Representantes ter aprovado, em Maio de 2004, uma resolução que permite ao Governo o «uso de todos os meios apropriados para deter, dissuadir e prevenir que o Irão adquira armas nucleares»¹¹ e numa altura em que na *New Yorker* Seymour Hersh¹² insiste na iminência de uma intervenção militar no Irão, Kenneth Pollack avisa para se ter «cuidado com o canto das sereias de uma mudança de regime fácil»¹³. Para Pollack, as recentes sondagens que afirmam que 70 por cento da opinião pública iraniana vê com bons olhos a inserção do Irão na comunidade internacional e a normalização das relações com os Estados Unidos não devem ser interpretadas como um mote para algo mais que um apaziguamento bilateral.

Com a mesma resolução com que rejeita a continuidade de uma política de «all carrots and no sticks» ou «Grand Bargain» que pelas suas concessões unilaterais não correspondidas tem exasperado todas as administrações americanas desde Reagan, Pollack afirma que «os iranianos estão cansados de revoluções e não desejam outra». A omnipresença do fantasma de Mossadegh desaconselha uma invasão americana ou uma reedição do golpe de 1953, ou ainda uma acção de contraproliferação inspirada no ataque israelita ao reactor iraquiano de Osiraq em 1981. Se uma invasão terrestre seria confrontada com as carências de uma força militar em

overstretch no Iraque e no Afeganistão, um ataque aéreo dificilmente seria eficaz. Dada a dispersão e a dissimulação iraniana das suas infra-estruturas e o cuidado que o regime colocou nas suas defesas antiaéreas, uma reedição de Osiraq só atrasaria o programa nuclear iraniano até certo ponto e muito provavelmente acabaria por «afectar ambos os relógios».

A SOLUÇÃO DO PUZZLE

Tanto uma invasão terrestre como a hipótese de um ataque cirúrgico colocariam os interesses e a presença americana no Golfo na mira de grupos terroristas, com sérias consequências para a reconstrução do Iraque e Afeganistão, para o processo de paz israelo-palestiniano e para a iniciativa americana no Grande Médio Oriente e Norte de África. A solução para o «puzzle persa» terá de ser, em parte, doméstica.

A inconsequência das manifestações estudantis de 1999, a maioria obtida nas eleições para o *Majles* (Assembleia Nacional) e a esperada vitória conservadora na corrida presidencial de 2005, permitem antecipar um fortalecimento da ala mais dura do regime, que passará a controlar os centros de decisão no país. Ainda assim, este refluxo político interno não deverá significar um simples regresso do monopólio potestativo à esfera teocrática do Supremo Líder e do Conselho de Guardiães. Em Teerão, o momento é de pragmatismo, orientado para a salvaguarda do *status quo* político e comprovado pelo recente interesse iraniano num «modelo chinês»¹⁴ que oferece crescimento económico, emprego e limitada liberdade em troca da supressão do pluralismo democrático. Igualmente,

a divulgação, por parte da National Iranian Oil Company, de que serão necessários 70 biliões de dólares, durante os próximos dez anos, para a modernização das infra-estruturas daquele que é o quinto maior produtor mundial de petróleo, permitem ao autor antecipar uma crescente pressão interna para a normalização das relações com os Estados Unidos.

Na argumentação de Pollack encontramos ecos do realismo de Geoffrey Kemp e do Nixon Center¹⁵, e em unísono ambos apelam à capacidade da Administração Bush para tirar partido da conjuntura e exercer uma particular liderança assertiva. Mais do que no interesse nacional iraniano é na vulnerabilidade de um regime em erosão que deverá residir a solução para a questão nuclear. A acção dos «UE 3» (França, Alemanha e Reino Unido) junto de Teerão, em Outubro de 2003 e em Novembro de 2004, provou que, quando confrontado com a possibilidade de ser referenciado perante o Conselho de Segurança da ONU, o Irão tende a ceder e a assinar o Protocolo Adicional da AIEA ou a suspender as suas actividades de enriquecimento e reprocessamento de urânio. Mas os factos mostram que a anuência iraniana é de curta duração e depende, em muito, das contrapartidas económicas. Para Pollack, só a presença americana poderá inverter essa tendência. Uma frente comum de «diálogo crítico» que envolvesse a Europa, os Estados Unidos, o Japão e, possivelmente, a Rússia e a China seria a melhor solução. Em tal conjuntura, os EUA preencheriam

as actuais lacunas de soluções de força no diálogo entre os «UE-3» e o Irão. Mais debilitante para a vitalidade da iniciativa europeia é a possibilidade de um veto chinês no Conselho de Segurança e a participação tecnológica e financeira da Rússia no programa nuclear iraniano. Segundo Pollack, as hipóteses de êxito do actual diálogo diplomático dependem muito do «engajamento» de Washington, no sentido de associar Moscovo e Pequim às conversações e oferecer como «cenouras» a supressão do embargo económico ao Irão, a libertação dos bens financeiros do xá Pahlavi (retidos desde a Administração Carter), bem como o apoio à adesão iraniana à Organização Mundial do Comércio (OMC). Em contrapartida, Teerão cessaria o seu apoio ao Hezbollah, submeter-se-ia à totalidade das disposições do TNP e às inspecções e exigências da AIEA, concluiria o seu processo de «democratização orgânica» e salvaguardaria a sobrevivência do regime de não-proliferação.

As «cicatrices emocionais» do passado limitam a capacidade americana para, unilateralmente, impedir o Irão de ultrapassar o *threshold* nuclear e Washington terá de adoptar uma feição cooperante onde não assuma a condição de interlocutor preferencial naquele que é «o maior teste à liderança americana de uma nova era», bem como a primeira apreciação da capacidade da Europa enquanto actor internacional. *RI*

LISBOA, 30 DE MAIO DE 2005

NOTAS

- 1 ANSARI, Ali M. – «Continuous Regime Change from Within». In *Washington Quarterly*, n.º 26, Outono de 2003, p. 53.
- 2 Estamos a aludir ao diferendo entre o secretário de Estado, Cyrus Vance, e o conselheiro de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, acerca da estratégia americana face à União Soviética e à China, que marcaria a Presidência Carter. O resultado seria a capitulação da estratégia de *détente* após a demissão de Vance em 1980 e a consagração da «Doutrina Carter», que procurava o controlo americano do «arco de crise» do golfo Pérsico inspirando-se na «Doutrina Truman» [1947].
- 3 Conferência patrocinada pela ONU para a constituição de um executivo interino para o Afeganistão que teve lugar em Bona, na Alemanha, em Novembro/Dezembro de 2001. Mais tarde confirmada pela Resolução 1383 [2001] do Conselho de Segurança da ONU.
- 4 Conferência de Doadores para a reconstrução do Afeganistão, que teve lugar em Tóquio em Janeiro de 2002 onde o Irão contribuiu com 560 milhões de dólares para o plano de angariação de 4,5 biliões de dólares em cinco anos.
- 5 *Patterns of Global Security 2002*, Office of the Coordinator for Counterterrorism, Department of State.
- 6 EVERTS, Steven – «Iran: The Next Crisis». *Prospect*, Dezembro de 2003, p.46.
- 7 ASMUS, Ronald D. e POLLACK, Kenneth M. – «The New Transatlantic Project». In *Policy Review*, n.º 115, Outubro-Novembro 2002.
- 8 POLLACK, Kenneth – «Spies Lies and Weapons: what went wrong». In *The Atlantic Monthly*, Vol. 293, n.º 1, Janeiro-Fevereiro 2004, pp. 79-92.
- 9 POLLACK, Kenneth, «Bombs». In *New York Times Magazine*, disponível em: <http://www.nytimes.com/2004/10/24/magazine/24QUESTIONS.html?ex=1256443200&en=1b8a8668fc57f109&ei=5090&partner=rssuserland>
- 10 ZAKARIA, Fareed – «Tag-Teaming the Mullahs». In *Newsweek Int. Edition*, 6 de Dezembro de 2005, p.13.
- 11 «108th Congress, 2nd Session, H.COM.-RES.398, Concurrent Resolution», 6 de Maio, 2004.
- 12 HERSH, Seymour – *The Coming Wars*. In *The New Yorker*, Janeiro de 2001.
- 13 POLLACK, Kenneth – «Iran: What the Mullahs Learned From their Neighbours». In *New York Times*, 9 de Novembro de 2004.
- 14 MOLAVI, Afshin, «Buying Time in Tehran». In *Foreign Affairs*, vol. 83, n.º 6, Novembro-Dezembro de 2004, p. 9.
- 15 KEMP, Geoffrey – «Stopping the Iranian Bomb». *The National Interest*, n.º 72, Verão de 2003, pp. 48-58.

ARMAS ATÓMICAS E DIPLOMACIA PLANETÁRIA

“Seria ingénuo afirmar que em Hiroxima e Nagasáqui as bombas atómicas foram usadas pela primeira e última vez. E não seria menos ingénuo afirmar que todas as guerras serão doravante atómicas, que a violência desaparecerá ou provocará a extinção da humanidade.” **RI**

Raymond Aron, *Une Histoire du XX^e Siècle. Anthologie* (1996), p. 335.